



ANDRÉ MENDES MOREIRA

NEUTRALIDADE, VALOR ACRESCIDO E TRIBUTAÇÃO

3ª edição, revista

Área específica da obra
Direito Tributário.

Áreas afins do livro
Direito Constitucional.

Público-alvo/consumidores da obra

Estudantes de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Juízes, advogados, procuradores públicos.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003505

André Mendes Moreira consolida-se, com a publicação desta pequena grande obra, como um dos principais tributaristas da nova geração. Reúne, em uma só pessoa, qualidades que poucos têm isoladamente: consegue ser claro, conciso, consistente, coerente e convincente, tanto falando quanto escrevendo. Não bastasse, emprega essas virtudes não apenas para lidar com questões teóricas intrincadas como para enfrentar problemas concretos complexos, sempre de maneira elegante, parcimoniosa e respeitosa. Esta obra é um exemplo performático destas qualidades.

Humberto Ávila

Professor Titular da Faculdade
de Direito da USP.

M838n Moreira, André Mendes

Neutralidade, valor acrescido e tributação/ André Mendes Moreira.
3ª edição – Belo Horizonte : Fórum, 2023.

209p.; 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-65-5518-493-8

1. Direito Tributário. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDD 341.39

CDU 351.72

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, André Mendes. *Neutralidade, valor acrescido e tributação*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 209p. ISBN 978-65-5518-493-8.

André Mendes Moreira

Professor Associado de Direito Tributário dos cursos de graduação, mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da UFMG. Livre-Docente e Doutor em Direito Tributário pela USP, onde fez Residência Pós-Doutoral. Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Diretor da Associação Brasileira de Direito Tributário e Conselheiro da Associação Brasileira de Direito Financeiro. Advogado e consultor Tributário.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	13	
NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO.....	15	
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO	17	
NOTA À PRIMEIRA EDIÇÃO.....	19	
1	INTROITO	
1.1	O IVA e a neutralidade	21
1.2	Neutralidades vertical e horizontal	28
1.3	Plano da obra	31
2	VALOR NEUTRALIDADE: DA ECONOMIA PARA O DIREITO	
2.1	Os sentidos econômicos do vocábulo neutralidade	37
2.2	Neutralidade no direito.....	43
2.2.1	Conceito	43
2.2.2	A neutralidade e o IVA	46
3	NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA E O IVA EUROPEU	
3.1	Do Tratado de Roma à Diretiva IVA.....	49
3.2	Neutralidade vertical na Diretiva IVA	53
3.2.1	Os principais dispositivos relacionados ao direito à dedução	53
3.2.2	Os testes do consumo e econômico para crédito do IVA.....	54
3.3	Posicionamento da Corte de Justiça da União Europeia	57
3.3.1	Considerações preliminares.....	57
3.3.2	Da conexão restritiva à ampliativa.....	59
3.3.2.1	Anos 1980.....	59
3.3.2.1.1	O fato gerador do IVA e a conexão direta e imediata	59
3.3.2.1.2	O teste da conexão direta e imediata e o direito ao crédito	62
3.3.2.1.3	Conclusões prévias.....	63
3.3.2.2	Anos 1990.....	63
3.3.2.2.1	Fato gerador do IVA e conexão direta e imediata	63
3.3.2.2.2	Direito à dedução do IVA e conexão direta e imediata	65
3.3.2.2.3	Síntese do período	67
3.3.2.3	Primeira década dos anos 2000	68
3.3.2.3.1	A delegação às cortes nacionais da análise da conexão direta e imediata	68
3.3.2.3.2	Uma nova compreensão do teste da conexão direta e imediata.....	70
3.3.2.3.3	Um caso de prevalência da forma sobre a neutralidade	73
3.3.2.3.4	A retomada da neutralidade em detrimento do formalismo.....	74
3.3.2.3.5	A conexão direta e imediata ampliativa como tendência jurisprudencial.....	76
3.3.2.3.6	Síntese do período	81
3.3.2.4	De 2010 à atualidade.....	81
3.3.2.4.1	O direito ao crédito sobre bens de uso empresarial e particular.....	81
3.3.2.4.2	O teste da conexão direta e imediata ampliativo reafirmado	83
3.3.2.4.3	Uma pedra no caminho da neutralidade.....	84
3.3.2.4.4	A retomada do bom direito	86
4	NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA NO BRASIL	
4.1	Tributação do consumo e regras aplicáveis.....	95
4.1.1	Da proclamação da República à Constituição de 1946	95
4.1.1.1	Imposto de Consumo.....	95
4.1.1.2	Imposto sobre Vendas e Consignações	102
4.1.1.2.1	Imposto Federal sobre Duplicatas de Faturas Comerciais.....	102
4.1.1.2.2	Imposto Estadual sobre Vendas e Consignações Rurais, Industriais e Mercantis.....	104
4.1.1.3	Imposto de Indústrias e Profissões	107

4.1.2	Da Emenda Constitucional nº 18/65 aos dias atuais.....	109
4.1.2.1	Visão panorâmica	109
4.1.2.1.1	Ambiente reformista	109
4.1.2.1.2	Primeira obra: a EC nº 18/65 em sua redação original	111
4.1.2.1.3	Ajustes empreendidos pela Constituição de 1967 e pela EC nº 01/69	113
4.1.2.1.4	Constituição de 1988	115
4.1.2.2	Tributos sobre o consumo pós-EC nº 18/65	116
4.1.2.2.1	IPI.....	116
4.1.2.2.1.1	Constitucionalização da não-cumulatividade.....	116
4.1.2.2.1.2	Início.....	117
4.1.2.2.1.3	Inovação.....	118
4.1.2.2.1.3.1	RIPI/72 e o Parecer Normativo CST nº 181/74.....	118
4.1.2.2.1.3.2	Consumo imediato.....	123
4.1.2.2.1.3.3	Consumo integral (inutilização completa em etapa única).....	125
4.1.2.2.1.3.4	Exigência cumulativa de consumo imediato e integral	127
4.1.2.2.1.4	Insistência no equívoco.....	129
4.1.2.2.2	ICM.....	133
4.1.2.2.3	ICMS.....	137
4.1.2.2.3.1	Período do Convênio ICM nº 66/88.....	137
4.1.2.2.3.2	Lei Kandir	138
4.1.2.2.3.2.1	Crédito financeiro	138
4.1.2.2.3.2.2	Crédito financeiro mitigado	140
4.1.2.2.3.3	Quadro comparativo.....	142
4.1.2.2.4	Contribuição para o PIS e a Cofins	145
4.2	Direito ao crédito sobre insumos e o STF	147
4.2.1	Imposto de Consumo.....	148
4.2.1.1	Debates iniciais	148
4.2.1.2	Imposto de Consumo e os produtos intermediários.....	151
4.2.1.2.1	Conceito de bens intermediários.....	151
4.2.1.2.2	Outras questões relativas à neutralidade.....	154
4.2.2	Imposto sobre Produtos Industrializados	155
4.2.2.1	Gênese da pugna jurisprudencial	155
4.2.2.2	<i>Leading case</i> sobre consumo imediato e integral	157
4.2.2.3	Jurisprudência subsequente.....	161
4.2.3	ICM.....	163
4.2.3.1	Primeiras lides	163
4.2.3.2	Bens intermediários.....	164
4.2.3.2.1	Novidade de um tributo para além da etapa industrial.....	164
4.2.3.2.2	Precedentes.....	165
4.2.4	ICMS e os bens intermediários.....	170
4.2.5	PIS/Pasep e Cofins	174
4.2.5.1	Matéria constitucional e o STF	174
4.2.5.2	Entendimento do STJ	177
4.2.5.2.1	Correntes de pensamento.....	177
4.2.5.2.2	Curso da votação e o resultado	178
5	CONCLUSÕES	
5.1	Neutralidade como princípio e sua gradação	185
5.2	IVA europeu e a neutralidade ampliativa.....	188
5.3	A não-cumulatividade no Brasil e a neutralidade restritiva.....	190
5.3.1	Neutralidade seminal	190
5.3.1.1	Imposto de Consumo.....	190
5.3.1.2	IPI.....	191
5.3.1.3	ICM.....	195
5.3.2	Contemporaneidade e o futuro	197
	REFERÊNCIAS.....	201